



GT03 - Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos – Trabalho 486

MOVIMENTO SOCIAL, POLÍTICA E EDUCAÇÃO: O #OCUPATUDO NO ESTADO DE RIO DE JANEIRO

Valentina Carranza Weihmuller – NUTES, UFRJ

Vera Helena Ferraz de Siqueira – NUTES, UFRJ

Agência Financiadora: CAPES, OEA/GCUB

Resumo

Este trabalho caracteriza e faz uma leitura pedagógico-crítica do movimento de estudantes secundaristas que emergiu em 2016 sob a denominação de #OcupaTudo conforme ocorreu no Estado de Rio de Janeiro. Metodologicamente analisamos o conteúdo temático e argumentativo de publicações da página de facebook *Escolas do RJ em luta* principal ferramenta de visibilidade do movimento. Os resultados evidenciaram que o #OcupaTudo apresenta elementos semelhantes aos novos movimentos sociais latino-americanos, assim como a proximidade a paradigmas educativos libertadores e emancipatórios. É sugerido no trabalho que a sua emergência permitiu recuperar a ligação entre política e educação, sendo as categorias de *práxis* e de *pedagogia crítica*, conforme concebidas por Paulo Freire e Henri Giroux, as principais noções utilizadas na análise. Concluímos que recuperar experiências de resistência como o #OcupaTudo pode ser um caminho interessante para obter conhecimento acerca de experiências educacionais que avançam em termos de desenvolvimento de cidadanias participativas, e de construções identitárias individuais e grupais alinhadas com uma educação crítica.

Palavras-Chave: Ocupações, estudantes secundaristas, movimento social, práxis, pedagogia crítica

Introdução

Nos últimos anos, na América Latina, o ato de ocupar¹ vem se manifestando em diferentes contextos onde emergem conflitos com grandes assimetrias de forças entre os grupos enfrentados (SVAMPA, 2009). Um exemplo de ocupação inédita a nível local ocorreu no primeiro semestre de 2016 quando no Estado de Rio de Janeiro mais de setenta colégios públicos foram ocupados.

O fenômeno em seu conjunto ficou publicamente conhecido como o #OcupaTudo e pela sua magnitude e originalidade despertou nosso interesse de abordá-lo como objeto de pesquisa. Apresentamos aqui a sua contextualização, inclusive buscando as origens do seu surgimento, a caracterização dos seus principais elementos e uma reflexão sobre algumas das suas implicações político-pedagógicas, identificando questões que podem ser entendidas como interpelação ao modelo tradicional de ensino.

Metodologicamente o trabalho baseia-se na exploração de conteúdo temático e argumentativo das publicações na página de facebook *Escolas do RJ em luta*² e do *Manual Escola do Rio de Janeiro em Luta*³. Essas fontes foram escolhidas por fornecerem interessantes informações em termos discursivos, além de apresentarem de forma cronológica e sistematizada as principais atividades levadas adiante pelos movimentos, tanto nas ocupações ocorridas em cada colégio, como na sua articulação em rede. Assim, consideramos o material analisado como um tipo específico de discurso que, sendo uma “narrativa da experiência vivida”, permite conhecer alguns dos sentidos e valores que foram relevantes para os sujeitos que participaram dessas experiências. Segundo Walter Benjamin (1994, citado por Ramos e Schapper, 2010) “vivenciar experiências” implica transmiti-las por meio do que lembramos, ou seja, “rememorar”, trazer de novo “o passado” a partir das provocações de um presente historicamente constituído.

Com base nessa perspectiva, consideramos que as publicações em redes sociais podem ser abordadas como um tipo particular de “narrativas instantâneas”, nas quais certas “reminiscências do passado recente” constituem-se em textos de interessante relevância empírica para a abordagem qualitativa.

¹Por *ocupação* entende-se a estratégia política de ação direta, historicamente utilizada por movimentos anarquistas, que consiste na entrada e permanência “não autorizada” de espaços públicos, institucionais ou abandonados.

²<https://www.facebook.com/EscolasRJemLuta>. Acesso 16 jul 2016 e Feb-Mar/2017..

³Publicado o 29 de março de 2016 em na página de facebook *Escolas do Rio de Janeiro em luta*. <https://www.facebook.com/EscolasRJemLuta/photos/pcb.1524527207853768/1524525807853908/?type=3&theater> Acesso 16 jul 2016.

Essa aproximação exploratória permitiu-nos identificar alguns dos elementos característicos do movimento #OcupaTudo, com base nos quais esboçamos uma reflexão teórica sobre algumas das suas implicações político-pedagógicas.

Assim, como objetivo maior deste trabalho procuramos esboçar uma interpretação pedagógico-crítica do movimento #OcupaTudo, o qual surgiu durante o primeiro semestre de 2016 no Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Com tal finalidade, estabeleceu-se como objetivos específicos em relação ao movimento:

- a) descrever o contexto de seu surgimento;
- b) identificar seus elementos constitutivos e aspectos principais;
- c) interpretá-lo à luz de alguns conceitos centrais de teorias educativas críticas.

Contextualização

No dia 21 de março de 2016, estudantes entre 18 e 14 anos do Colégio Estadual Prefeito Mendes de Moraes, localizado na Ilha do Governador, foram os primeiros a quebrar o silêncio, reconhecendo a crise e “ocupando” a escola. Após, outras escolas seguiram o exemplo da “Mendes de Moraes”. Em abril eram vinte e cinco as instituições ocupadas. Já em fim de maio, mais de sessenta em todo o Estado⁴. O mapa a seguir ilustra a amplitude e dimensão geográfica das escolas ocupadas no Estado do Rio de Janeiro (referências vermelhas), considerando duas áreas: zona sul do Estado e cidade do Rio de Janeiro (esquerda) e zona norte (direita):

⁴ CE Prefeito Mendes de Moraes, CE Heitor Lira, CE Gomes Freire de Andrade, CE Stuart Angel Jones, CE Compositor Luiz Carlos da Vila, CE Chico Anysio, CE Clóvis Monteiro, CE Visconde de Cairu, CE Bangu, CE Herbert de Souza, ETE Juscelino Kubitschek, CE Hispano Brasileiro, ETE JBM, CE João Salim Miguel, CE Antonio Houaiss, CE David Capistrano, IEPIC, C.E. Mário Quintana, CE Nilo Peçanha, CIEP 335 Prof. Joaquim de Freitas, CE Edmundo Silva, CiepBrizolão 460 Thiophyla Braganca, ETE Bacaxá, CEJoPA, C.E. Souza Aguiar, CE 20 de Julho, CiepBrizolao 403 Profª Maria de Lurdes Giovanetti, CE Guanabara, CE Euclides Paulo da Silva, CE Francisco José do Nascimento, CE Carlos Drummond de Andrade, CE Matias Neto, CE Irineu Marinho, CE Dr. João Nery, CE Dr. Francisco de Paula Paranhos, CE Professor Alfredo Balthazar da Silveira, CIEP 114 Maria Gavazio Martins, CE André Maurois, CIEP 175 José Lins do Rego, CE Amaro Cavalcanti, NAVE José Leite Lopes, C.E. Coronel João Batista de Paula Barroso, C.E. Sônia Regina Scudese, Faeterj, I.E. Clélia Nanci, CE Dom Pedro II, CE Leopoldo Fróes, C. E Prof Jamil El Jaick, CE Elizário Malta, CE Luiz Reid, I.E. Professor Manuel Marinho, CE Marieta da Cunha Silva, CE Miguel Couto, C.E. Paulo de Frontin, CIEP 302, I.E. Rangel Pestana, CE Monteiro de Carvalho, C.E. Central do Brasil, Colégio estadual Paulo Freire, Colégio Estadual Dom Hélder Camara, Colégio Estadual Barão de Aiuruoca, CE Prof. Aragão Gomes, CE Prof. Vanilde Natalino Mattos, CE Renato Azevedo, CEPAR, CIAC Tiradentes, CE Cinamomo, E.T.E Oscar Tenório, E.T.E Visconde de Mauá, ETE Adolpho Bloch, ETE João Barcelos Martins, Liceu de Humanidades, ISEPAN, CIEP 295 Prof. Gloria Roussim Guedes Pinto, CIEP 179, ETE Santa Cruz, ETE República, CE João de Oliveira Botas, CE Pandia Calógeras, CE Thiers Cardoso. (Mapa Interativo em GoogleMaps. Consultado 15 jul 2016.)

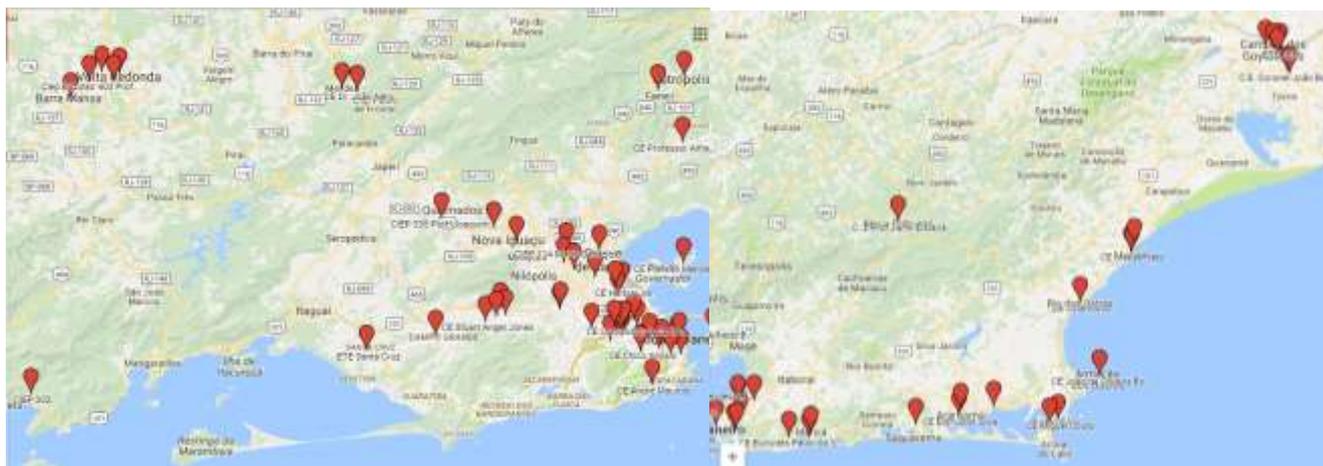


Figura 1. Mapa das escolas ocupadas no Rio de Janeiro. 2016. Adaptado de GoogleMaps.⁵

É importante salientar que o movimento dos estudantes secundaristas no Estado do Rio de Janeiro não foi um acontecimento isolado, tendo também ocorrido em outros contextos latino-americanos onde os jovens foram historicamente agentes ativos nos processos de mudanças políticas e culturais (FEIXA, 2006). O início do século XXI pode ser considerado o ponto de partida da mobilização dos estudantes secundaristas no Chile, durante o período de 2010 a 2012. Também na Argentina, naqueles anos, cidades como Buenos Aires e Córdoba viram seus estudantes mobilizados a partir do que ficou conhecido como a “toma”⁶ (a ocupação) em vários colégios (BELTRAN e FALCONI, 2011). Esse fenômeno atingiu o Brasil em 2015, quando estudantes nos estados de São Paulo e Goiás se mobilizaram contra projetos de “reorganização” e terceirização da gestão escolar (ANDES – II ENE, 2016).

A explosão secundarista brasileira também foi influenciada por movimentos sociais recentes, nos quais os jovens tiveram um protagonismo preponderante, como o movimento das Diretas Já, nos anos 1980, e mais recentemente, em 2013, o do Passe Livre, além de outros ligados às lutas pelos direitos das chamadas “minorias” (movimento negro, indígena, de mulheres, LGBT+). Neste sentido, podemos dizer que no prelúdio do século XXI, se produz uma reedição das lutas secundaristas, daquelas impulsionadas a partir de 1948 pela União Nacional de Estudantes Secundaristas (UNES/UBES), dos anos 1960/70 pela redemocratização e pela escola pública, reconhecendo-se, portanto, o caráter histórico do ativismo estudantil na disputa política por uma educação democrática.

⁵https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=11IERA_NZxZTneTIpZ5F0nrxZ_5k&hl=pt_BR

Consultado 15 jul 2016.

⁶ “Toma” é como se denomina em espanhol a “ocupação”.

O panorama de luta em 2016 abrangeu seis estados brasileiros: Ceará, Mato Grosso, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. No total estima-se que foram mais de duzentos os estabelecimentos ocupados e inúmeras as estratégias de manifestação no espaço público. (ANDES - II ENE, 2016).

O cenário da última eclosão do #OcupaTudo foi em outubro de 2016, no Estado de Paraná, quando foram ocupados 850 colégios. Nessa edição o movimento ativou-se concretamente como estratégia de protesto frente à Medida Provisória 746, do governo ilegítimo de Michel Temer, a qual, aprovada pelo Senado Nacional em fevereiro de 2017, introduziu uma reforma de caráter neoliberal no ensino médio brasileiro (ROSSI, 2016, s.p)⁷. As ocupações paranaenses, como fenômeno, atingiram uma ampla visibilidade na mídia, com legitimação pública principalmente nas redes sociais digitais, fato que as constituiu como um dos principais temas em debate durante o mês em que se manteve a luta.

O #OcupaTudo como movimento social no contexto escolar

A partir de uma primeira aproximação interpretativa do material de análise, apresentamos alguns dos aspectos que consideramos constitutivos do movimento #OcupaTudo:

- **Uma dupla força constitutiva.** Por um lado, no sentido centrípeto para dentro de cada ocupação por colégio, e por outro centrífugo, articulando-se entre eles em formato de rede. Como indica Malini (2016) uma análise da manifestação dos movimentos de ocupação das escolas nas mídias sociais digitais permite observar essa dinâmica. Segundo o pesquisador, foi no Facebook que os secundaristas conformaram os canais oficiais de cada ocupação, criando uma página para cada escola e logo articulando em páginas no nível estadual e nacional. Na reconstrução gráfica do arco de alianças do #OcupaEscola (estratégia comunicacional conjunta ao #OcupaTudo), a página “‘Escola do RJ em Luta’ (37 mil fãs) se tornou a principal fonte de notícias no radar das escolas ocupadas cariocas” (MALINI, 2016, s.d), evidenciando assim, as múltiplas alianças do próprio movimento.
- **A apropriação do espaço institucional (material e simbólico) do/s “colégio/s”,** sendo esta estratégia de ação direta o núcleo da identificação dos “estudantes

⁷A Medida Provisória 746 foi aprovada oficialmente pelo Senado Federal da República do Brasil no dia 8 de fevereiro de 2017. <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/126992>.

secundaristas do #OcupaTudo”. Em nossa análise foram reiteradas as fotografias, vídeos e depoimentos que mostravam os jovens secundaristas no momento de ocupar o colégio, se apropriando dos espaços e materiais. Além disso, conforme evidenciam as seguintes imagens, muitos cartazes faziam uso de pronomes possessivos como “nosso” e “meu” para indicar a dita apropriação:



Figura 2. Cartazes indicando apropriação do espaço escolar. Extraído de diferentes publicações da página de Facebook *Escolas de RJ em luta*

- **As demandas são dirigidas principalmente à classe governante e às burocracias estatais** a fim de que as políticas educativas sejam modificadas. A seguinte publicação evidencia claramente esse caráter político confrontativo do movimento:



O governo parte da lógica que apenas as aulas no modelo tradicional (mesmo com boa parte dos professores em greve e portanto, tempos vagos) são dignas para conceder passagem aos estudantes. Não reconhece que as atividades nas escolas tem caráter acadêmico e transformador e além disso, baseia-se na premissa de que o direito à cidade deve ser limitado a ir a escola, o que nos lembra a importância de conquistarmos um passe livre irrestrito. A ofensiva atual de Pezão e cia deve ser repudiada e combatida. É importante se apropriar da legislação e usar a favor das ocupações:

Figura 3. Denúncia do movimento #OcupaTudo ao governo estadual de Rio de Janeiro. Extraído e adaptado da página de Facebook *Escolas de RJ em luta*

- **O movimento não se alinha a nenhuma linha partidária específica**, seguindo os princípios de autonomia e autodeterminação. Apesar do embate com o governo estadual, não foi possível reconhecer no material analisado referências diretas a algum partido político opositor.
- As decisões são discutidas e acordadas horizontalmente através de **assembleias**, sendo várias fotografias publicadas evidências concretas desse tipo de encontros, tal como se observa na seguinte publicação:



Figura 4. Epígrafe da foto da assembleia ocorrida no dia 15 de abril de 2016 no colégio Cejl/Nave. Extraído da página de Facebook *Escolas de RJ em luta*

- **A organização se baseia na ação coletiva** por meio de comissões de trabalho (segurança, limpeza, comunicação, comida, atividades, etc.) observando também a igualdade de gênero. Essa forma de organização é orientada pelo “Manual das escolas ocupadas no Rio de Janeiro” conforme se visualiza na seguinte imagem:



Figura 4. Pág. 4 “Manual das escolas ocupadas no Rio de Janeiro”. Extraído e adaptado da publicação do dia 29 de março de 2017 da página de Facebook *Escolas de RJ em luta*

- **Articula-se com outros movimentos** (políticos, feministas, LGBT+, negros, sociais, universitários) a partir da aproximação de diferentes coletivos ou pessoas particulares. Exemplificamos com a seguinte publicação:

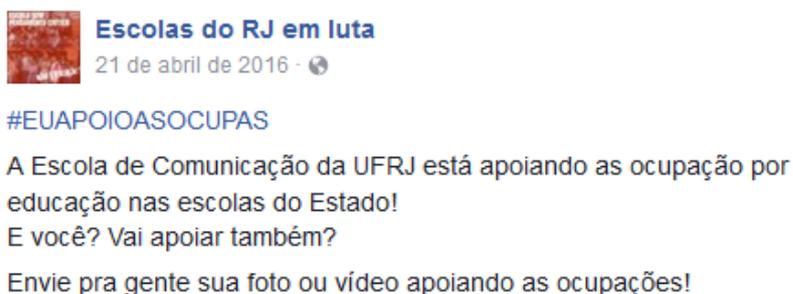


Figura 4. Apoio às ocupações. Extraído da página de Facebook *Escolas de RJ em luta*

- **As reivindicações transcendem as urgências materiais** de infraestrutura, equipamentos, merenda e maior orçamento. Incluem questões relacionadas a **“uma outra educação, de qualidade”**, devendo atender a:
 - a) Melhores condições de ensino (contratação de mais professores e funcionários, melhoria em seus salários e turmas com um número razoável de estudantes);
 - b) Modelos de ensino mais eficientes e participativos;
 - c) Culturas escolares que incorporem os estudantes como sujeitos ativos nos espaços de tomada de decisão e gestão institucional.

O cartaz seguinte com as pautas de uma das ocupações evidencia esses elementos:

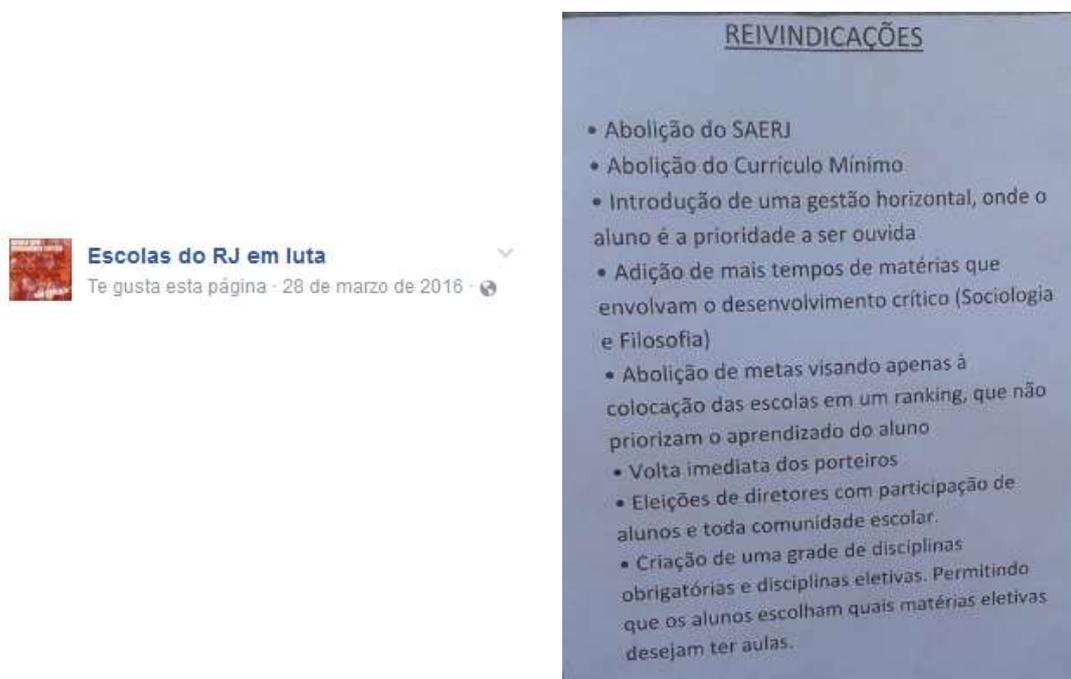


Figura 5. Cartazes de pautas/reivindicações. Extraído da página de Facebook *Escolas de RJ em luta*

- **O espaço público é a principal plataforma de fortalecimento, visibilidade e performance política.** A dimensão material “do público” (“a rua”, “a escola”, “o bairro”, “a cidade”) se potencializa com a dimensão virtual (“as redes sociais on-line”) nas estratégias desenvolvidas. A seguinte frase publicada em julho de 2016 evidencia o mencionado:

“Durante mais de dois meses, nós, estudantes secundaristas, estivemos na linha de frente da luta por uma educação de qualidade, pelo fim da precarização das escolas e melhores condições de trabalho para nossos professores. Através dos diversos atos que fecharam as ruas e das ocupações, mostramos que o movimento estudantil está vivo e representa uma ameaça àqueles que vem priorizando as empreiteiras no lugar da educação” (Publicação Pág. Facebook Escolas do RJ em Luta. “A escola que queremos”. 01/07/2016. Grifo nosso).

Com base nos elementos mencionados, e apoiando-nos na interpretação realizada por Beltrán e Falconi (2011) dos colégios ocupados na Cidade de Córdoba, Argentina em 2010, podemos dizer que o movimento #OcupaTudo **no Estado de Rio de Janeiro apresenta componentes típicos dos novos movimentos sociais latino-americanos**, tais como “a territorialidade, a ação direta não convencional, o desenvolvimento de formas de democracia direta (assembleias) e demanda da autonomia e autodeterminação”. Procura **“interpelar as políticas públicas, questionar o papel do Estado e construir uma cidadania participativa** num cenário político-social pós-neoliberal conflitivo” (SVAMPA, 2008 *apud* BELTRÁN e FALCONI, 2011 p. 27-28. Tradução e grifo nosso). O movimento dispõe de **recursos e de oportunidades para a ação coletiva**, no caso o espaço cultural e social da escola, como lugar de demanda política e exercício de direitos (LÓPEZ SANCHEZ, 2005 *apud* Beltrán e Falconi, 2011, tradução e grifo nosso). Sua ação impacta as esferas públicas de debate, ganhando visibilidade midiática a partir da constituição de redes com movimentos similares em outras escolas, com a comunidade escolar imediata e com outros coletivos/movimentos sociais.

Tendo apresentado a natureza política do movimento abordado, discutimos, a seguir, suas implicações especificamente educativas. Para isso, esboçamos uma interpretação teórica a partir de algumas das perspectivas educativas progressistas e críticas desenvolvidas ao longo do século XX.

Por uma pedagogia crítica da e para a práxis

De acordo com nossa interpretação, as ocupações dos colégios estaduais podem resumir-se no seguinte **ciclo dinâmico de processos político-educativos**: a)

reconhecimento da *situação limite* (FREIRE, 1987), que permitiu revelar as condições de opressão operantes; b) auto reconhecimento como sujeitos de poder (de ação e decisão); c) organização dialogada e horizontal; d) proposição e consensos sobre estratégias de mudança e e) efetivação das estratégias (discursivas e materiais) para a transformação dessas condições⁸. Nesse sentido é que entendemos as experiências de ocupação como **práticas de resistência**, por sua reação frente às estruturas e dispositivos de poder que hegemonizam o espaço escolar em particular e o sistema político-cultural em geral, como exemplificado na seguinte publicação:

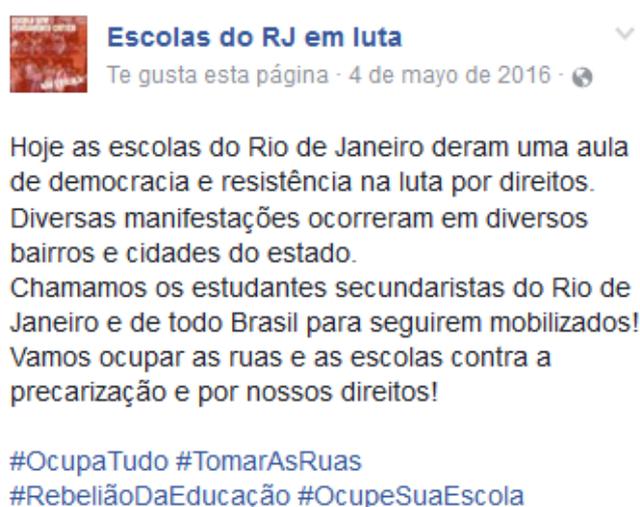


Figura 6. Publicação sobre direitos e resistência. Extraído da página de Facebook *Escolas de RJ em luta*

Conforme indicam Henry Giroux e Peter McLaren (1986), as **escolas** são esferas públicas no sentido de serem espaços democráticos para o *empowerment* individual e social. “As escolas podem ser locais públicos onde os estudantes aprendem os conhecimentos e habilidades que são necessários para viver numa democracia crítica, locais onde eles aprendem o discurso da participação e da responsabilidade cívica” (p. 224, tradução nossa). Assim, é na própria dinâmica escolar onde deveria ser possível transformar as tradicionais práticas de controle e isolamento curricular em práticas críticas que permitissem aos educandos analisar e “fazer escolhas” com base em conhecimentos e valores para viver num estado democrático. Segundo os mencionados autores, as bases para a transformação social estariam numa prática pedagógica crítica, emancipatória e ativa. Dessa forma, a pedagogia crítica pressupõe um trabalho nas salas

⁸ A relação entre os processos, em cada ocupação em particular e no movimento geral do #OcupaTudo, não ocorre de forma linear. Alguns processos são constantes, outros mais pontuais. Eles se superpõem, se encadeiam, se influenciam. Identificá-los de forma separada só responde a critérios analíticos.

de aula orientado à potenciação política e cultural dos estudantes, a partir de dinâmicas que priorizem seus próprios interesses e motivações (GIROUX, MCLAREN, 1986). Nesta perspectiva, entendemos o #OcupaTudo como movimento social fundado num *conjunto de ações político-pedagógicas* (encadeadas, superpostas, fragmentárias, dinâmicas) constituintes de um novo e potencializador modo *crítico de ser e estar na escola*. De fato, “*Escola sem pensamento crítico não é escola*” foi uns dos lemas adotados pelo movimento. Também é ilustrativo o seguinte cartaz:

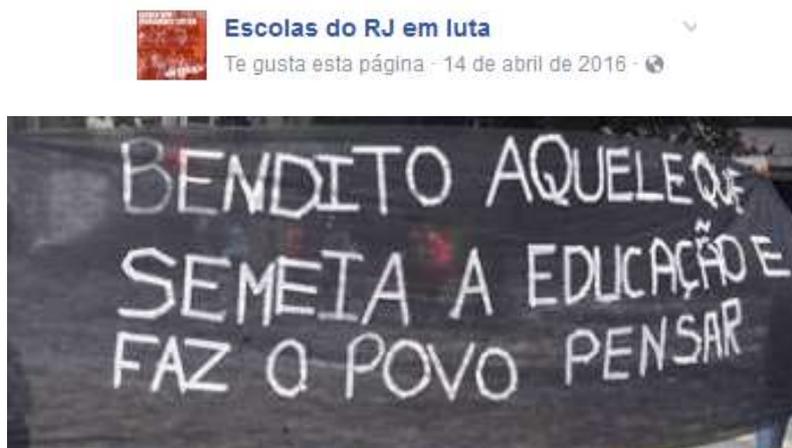


Figura 7. Publicação sobre educação e pensamento crítico. Extraído da página de Facebook *Escolas de RJ em luta*

Problematizando a escola com espaço sócio-político, retomamos Michael Apple (1986), que a partir de uma abordagem crítica, vê à escola como aquela instituição que permite a correspondência entre “dominação econômica e cultural”. O estudioso defende que estas instituições contribuem no controle social, na medida em que ajudam a manter a desigualdade na distribuição do capital simbólico, fato que reflete diretamente a estruturação econômica. Como indica Lopes (2011) são as escolas as instâncias mediadoras entre as experiências subjetivas e as contradições econômicas e também sociais e políticas. No caso analisado, a inquietação dos estudantes com a situação de crise crônica do sistema educativo permitiu enxergar as deficiências gerais do Estado moderno brasileiro, produzindo a explosão da consciência crítica sobre as contradições que sustentam o modelo econômico e político dominante.

As próprias modalidades de organização e decisão coletiva evidenciaram um modo mais participativo de exercer a cidadania. É possível dizer que as ações político-pedagógicas implementadas pelos estudantes secundaristas foram emancipadoras, pelo fato de questionarem os modelos hegemônicos, ratificando princípios da teoria pedagógica libertária para a qual a aprendizagem está ligada a situações de resistência,

vivência grupal, autogestão e autonomia a fim de atingir mudanças nos níveis individuais e institucionais (LIBÂNEO, 1983).

O conceito de *práxis* da teoria libertadora de Paulo Freire se concretizou nas ações político-pedagógicas das ocupações. Na articulação discurso-prática, reflexão-ação, a partir da problematização conjunta de situações vivenciadas pelo coletivo, a palavra se nutriu da ação: “palavra cuja discursividade flui da historicidade – palavra viva e dinâmica, não categoria inerte, exâmine. Palavra que diz e transforma o mundo” (FREIRE, 1987, p.11). A participação crítica, o compromisso coletivo, a união identitária, o discurso feito ação e a ação feita discurso, o diálogo, o poder para se organizar e decidir coletivamente reviveram a *práxis* como o modo de *agir politicamente* em uma democracia real, superando as versões superficiais e acríticas de cidadania liberal representativa. Consideramos que as seguintes publicações ilustram essa ideia de *práxis* para a cidadania:

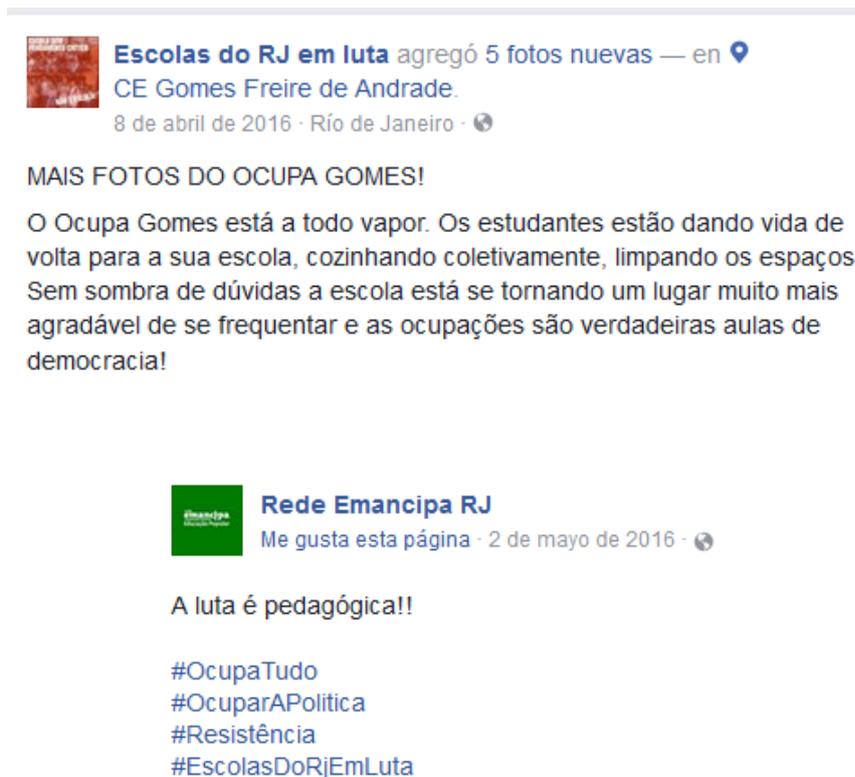


Figura 8. Publicações relacionadas ao conceito de *práxis*. Extraído da página de Facebook *Escolas de RJ em luta*

No contexto brasileiro atual, fortemente vulnerado pelas políticas neoconservadoras orientadas a debilitar os direitos sociais conquistados nos últimos anos, a leitura do movimento #OcupaTudo como movimento social fundado nas *práxis* problematizadoras, nos leva a compreendê-lo em seu **papel de ressignificação da**

educação na prática cidadã. Dessa forma, sua manifestação evidenciou a necessária e estreita relação entre **educação, exercício de direitos e prática política** para a manutenção e fortalecimento da democracia.

As teorias críticas no campo da educação têm sido taxativas quanto à impossibilidade de constituir sociedades verdadeiramente democráticas se não for reconhecido o caráter constitutivo *das práxis* nos processos pedagógicos. O princípio fundamental da Pedagogia Crítica é sintético neste sentido. Como indica Henry Giroux (2005)⁹: “a educação para à cidadania deve levar a sério a ligação entre teoria e prática, reflexão e ação” (p. 135). As ocupações dos colégios estaduais no estado de Rio de Janeiro em 2016 foram uma clara demonstração de como o sistema formal atual impede essa articulação essencial, atuando na manutenção de estruturas institucionais que reproduzem desigualdades e fragmentações nos contextos de prática.

Tendo em vista esta leitura, cabe perguntarmos: que tipo de sociedade democrática queremos construir? Como a escola se “encaixa” nessa construção? Que condições estruturais devemos mudar? Que experiências estão norteando possíveis alternativas? Que estratégias devem ser recuperadas e potencializadas? Quais explicações, esforços e conflitos pressupõem os processos de transformação?

Giroux parece nos dar uma pista para responder às mencionadas questões:

(...) reclamar o papel que a educação historicamente tem ocupado no desenvolvimento de letramento crítico e capacidades cívicas. A educação deve mobilizar os estudantes para que sejam agentes criticamente engajados, atentos às questões sociais importantes e conscientes da responsabilidade de aprofundar e expandir o significado e as práticas de uma democracia vibrante (GIROUX, 2016, n.p., tradução nossa).

No rastro do autor, observamos nas ocupações analisadas a potencialidade dos processos político-educativos de resistência, na hora de propor alternativas aos currículos escolares formais que (re)criam uma hegemonia educacional obsoleta, vítima do oxímoro da *crise crônica*¹⁰. Dessa forma, compreendemos as ocupações como experiências críticas, na medida em que permitem processos pedagógicos para além dos modelos estandardizados e das perspectivas técnicas formais, evidenciando a potencialidade formativa dos percursos curriculares abertos, baseados nas experiências dos próprios

⁹Na entrevista realizada por Manuela Guilherme (2005).

¹⁰Crise que se manifesta em dois sentidos. Por um lado, “o material”: deficiências e atrasos em infraestrutura, equipamentos e orçamento público. Por outro, “o simbólico”, na reprodução do modelo pedagógico moderno, liberal e eurocêntrico.

educandos a partir da compreensão crítica das suas próprias realidades (FREIRE, 1987, GIROUX, 1999, GIROUX e MAC LAREN, 1986)

Assim é que as ocupações podem ser entendidas como configurações particulares de *produção político-cultural*, que a partir da construção, representação e engajamento de discursos e ações, envolveram processos de entendimento interpessoal e com o ambiente, visibilizando as relações de poder que estruturam o espaço da sua ocorrência, no caso, a esfera pública educativa. Esta compreensão implica também reconhecer seu caráter *pedagógico* na construção e organização de conhecimentos, desejos, valores e práticas que se articularam a partir de um horizonte ético e social compartilhado, entretanto contraditório (Giroux, 1999).

Na análise apresentada, observamos a potencialidade do movimento #OcupaTudo, para, justamente, desenvolver uma experiência diferenciada de letramento crítico e exercício cidadão, frente a condições escolares deficientes e modelos pedagógicos conservadores e desatualizados. De fato, diante da grande repercussão pública e mediática das ocupações, é interessante o depoimento do coordenador geral da Campanha Pelo Direito a Educação, Daniel Cara, no qual indica a importância atual de continuar construindo a legitimidade de um movimento que foi inédito no protagonismo estudantil na discussão da agenda pública educativa (PERES, 2016, p.14).

Não obstante, também é importante reconhecer os limites dos movimentos sociais de resistência para conseguir mudanças concretas dentro de um sistema que se apresenta dinâmico e contraditório. No caso estudado, a contradição ficou evidente pela reação de muitas famílias frente ao envolvimento de seus filhos no movimento #OcupaTudo e, principalmente, a partir do surgimento de um contra movimento entre os próprios estudantes e alguns docentes, o “Desocupa” (PERES, 2016, p. 14), tal como foi observado em várias publicações analisadas. Incorporamos como exemplo o acontecido no mês de abril de 2016 no Colégio Clóvis Monteiro:

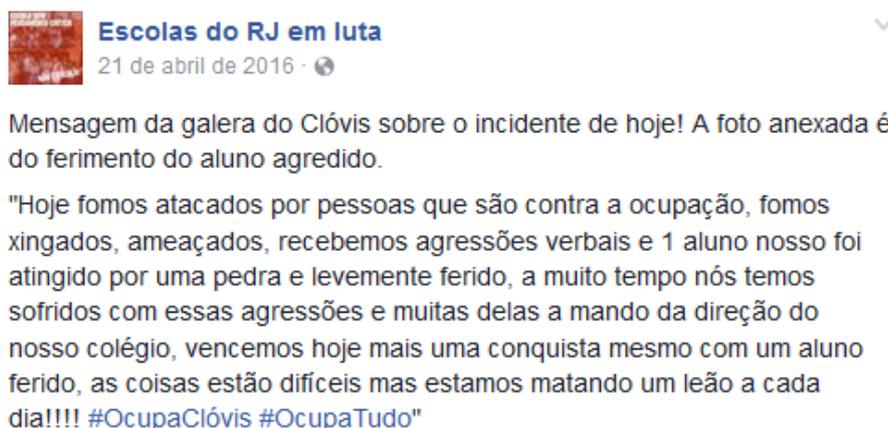


Figura 9. Publicação sobre incidente no Colégio Clovis Monteiro. Extraído da página de Facebook *Escolas de RJ em luta*

Outro elemento que deve ser apontado é o caráter repressivo do domínio hegemônico. Como indica Gramsci (1977) além da disputa por consensos, a hegemonia se mantém pelo uso da força do Estado. Durante o #OcupaTudo isso foi manifesto quando o governo recorreu à ação policial para “desocupar” algumas escolas e o prédio da Secretaria Estadual de Educação (Seeduc), também ocupado temporariamente pelos estudantes.

Conclusões

O desconforto com a crise, a percepção da *situação limite* (FREIRE, 1987), se fizeram “corpo e ação” nos colégios do Estado do Rio de Janeiro em 2016. Os secundaristas manifestaram sua indignação. Ocuparam. Construíram um movimento. Uniram-se para exercer seus direitos. Reivindicaram seu protagonismo social. Ensinarão que “fazer política” tem uma função pedagógica com grande potencial para o desenvolvimento do “ser cidadão”, no sentido de promover processos pedagógicos que valorizam a interação reflexiva e autônoma a fim de dinamizar ações para a transformação de estruturas políticas e sociais dominantes. Em definitivo, despertaram a consciência coletiva para transformar a realidade, contagiando outros setores (cultura, saúde, ciência e técnica) na adoção de medidas de ocupação similares.

A educação, sendo uma esfera pública historicamente disputada por seu centralismo na produção (e reprodução) cultural e simbólica, tem se configurado no mundo moderno capitalista como um espaço de disputa pela hegemonia. Nesse sentido, consideramos o movimento #OcupaTudo como uma prática de resistência: por

evidenciar, colocando-se contra, aquelas contradições que perpassam social e politicamente a escola.

A riqueza da dimensão conflitiva do fenômeno apresentado indica a interligação constitutiva entre política e pedagogia. Olhar para as práticas de resistência, levando a sério suas propostas, transforma-se em uma das missões de uma crítica engajada com a superação da crise atual. Nas palavras de Giroux (2016):

A pedagogia é sempre política, porque está conectada à luta pela agência. Fazer a pedagogia mais política pressupõe ficar mais atento a aqueles tantos “momentos em que identidades estão sendo produzidas e grupos estão sendo construídos, ou objetos estão sendo criados” (s.p. tradução nossa).

A interpretação aqui esboçada sobre o movimento #OcupaTudo tentou seguir esse caminho. Uma valorização das *práxis* (sempre críticas, intersubjetivas e emancipatórias) que estão permitindo recuperar as relações da política com a pedagogia a fim de tomar consciência das contradições do sistema vigente e assumir o desafio da sua superação.

Referências bibliográficas

ANDES - II ENE. 24/05/2016. Estudantes ocupam escolas em vários estados do Brasil. Disponível em: <<https://ene2016.org/2016/05/24/estudantes-ocupam-escolas-em-varios-estados-do-brasil/>>. Acesso 16 jul 2016.

APPLE, Michael W. **Ideología y currículo**. Ediciones Akal, 1986.

ARROYO, Miguel González. A Função Social do Ensino de Ciências. **Em Aberto**, Brasília, 1988, ano 7, no. 40.

BELTRÁN, Mariana e FALCONI, Octavio. La toma de escuelas secundarias en la ciudad de Córdoba: condiciones de escolarización, participación política estudiantil y ampliación del diálogo social. **Propuesta educativa**, 2011. vol. 20, no 35, p. 27-40.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura**. 2ª Ed. Brasiliense. São Paulo. 1994

BRASIL, REPÚBLICA FEDERAL DE. SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei de Conversão no. 34, de 2016, com adequação redacional**. Votação Aberta, 55ª Legislatura, 3ª Sessão Ordinária. Brasília. Disponível em:

<<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/126992>> Acesso: 10 de fevereiro de 2017

FREIRE, Paulo. (1987) **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 17º ed. 1987 Versão Digital. Disponível em:

<<https://groups.google.com/forum/#!topic/computacao-iftm4/XXIFm66nxBE>> Acesso: jun/jul 2016.

GHIRALDELLI Junior Paulo. **Filosofia da Educação**. Cap 1. DP&A Editora. 2002.

GUILHERME, Manoela. Qual o papel da pedagogia crítica nos estudos de língua e de cultura? Entrevista com Henry Giroux. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2005, no. 73, p. 131-143.

GIROUX, Henry. **Cruzando as fronteiras do discurso educacional: novas políticas em educação**. Trad. Magda FrançaLopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

_____. Beyond Pedagogies of Repression. **Monthly Review**, 2016, vol. 67, no 10, p. 57.

GIROUX, Henry; MCLAREN, Peter. Teacher education and the politics of engagement: The case for democratic schooling. **Harvard Educational Review**, 1986, vol. 56, no 3, p. 213-239. LOPES, A. C.; MACEDO, E. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez Editora. 2011

Editora. 2011

LIBÂNEO, José Carlos. Tendências pedagógicas na prática escolar. **Revista da ANDE**, 1983. V.3, no 6, p.11-19. 1983.

LOPES, Alice Casimiro. Quem defende os PCN para o Ensino Médio? In _____ & MACEDO, Elizabeth (org.). **Políticas do currículo em múltiplos contextos**, São Paulo: Córtext, 2006. pp.126-158.

MALINI, Fábio. A multiplicidade do Eu no #OcupaEscola. Como o compartilhamento de posts das páginas do movimento #OcupaEscola indica o arco de aliança que os secundaristas estão a construir. **Blog**. <https://medium.com/@fabiomalini>/Disponível em <<https://medium.com/@fabiomalini/o-ecossistema-s%C3%B3cio-midi%C3%A1tico-do-ocupatudo-cf589a0781af#.lt4ih01di>> Acesso: 10 de março 2016.

PERES, Ana Claudia. “Qual é a lição?” **Revista RADIS**nº 116 Jul/2016. Programa Radis de Comunicação e Saúde, ENSP FioCruz, Rio de Janeiro. pp. 10-14. 2016

RAMOS, Bruna Sola. e Schapper, Ilka. (Des)atando os nós da pesquisa na abordagem histórico cultural. Em: Freitas, M. T. de A. e Ramos, B. S. (org) **Fazer Pesquisa na abordagem histórico cultural**.Ed. UFJF. Juiz de Fora, Brasil. pp. 25-36. 2010

ROSSI, Marina. Reforma do Ensino Médio é aprovada no Senado. El País Brasil.07 fevereiro 2017. Disponível em

<http://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/14/politica/1481746019_681948.html> Acesso: 15 de fevereiro de 2017.

SVAMPA, Maristela.. Protesta, movimientos sociales y dimensiones de la acción colectiva en América Latina. Ponencia apresentada em **las Jornadas de Homenaje a C. Tilly, Universidad Complutense de Madrid**, Madrid.2009. Disponível em <<http://maristellasvampa.net/archivos/ensayo57.pdf>> Acesso 16 julho 2016.

UBES (a) História UBES: 40 milhões de estudantes, ideias e sonhos. S.d. Disponível em<<http://ubes.org.br/memoria/historia/>>Acesso 16 julho 2016.

UBES (b). Primavera Secundarista: a luta de quem ocupa as escolas do Brasil. 2016. Disponível em: <<http://ubes.org.br/2016/primavera-secundarista-a-luta-de-quem-ocupa-as-escolas-do-brasil/>>. Acesso 16 jul 2016.

Web sites e material analisado

Memoria. História da UBES. Acesso Jul/2016.<http://ubes.org.br/memoria/historia/>

Manual de Mobilização Estudantil e Ocupações de Escolas. 29/03/2016.Acesso Jul/2016. Pp. 01-07.

<https://www.facebook.com/EscolasRJemLuta/photos/pcb.1524527207853768/1524525807853908/?type=3&theater>

Mapa das escolas ocupadas no Rio de Janeiro. 2016. GoogleMaps. Acesso Jul/2016.https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=11IERA_NZxZTneTIpZ5F0nrXZ_5k&hl=pt_BR

Página Facebook Escola do RJ em Luta. Acesso Jul/2016 e Feb-Mar/2017

<https://www.facebook.com/EscolasRJemLuta>

Publicação Pág. Facebook Escolas do RJ em Luta. “A escola que queremos” 01/07/2016. Acesso Mar/2017. <https://www.facebook.com/events/1028278180559966/>